

ACUSADOS MANTÊM INFLUÊNCIA

Envolvidos em fraudes continuam a atuar na Comissão Mista de Orçamento

Seis dos dezoito parlamentares indicados para a cassação e outros sete investigados pela CPI do Orçamento continuam a manter seus cargos na poderosa comissão do Congresso que prepara a lei orçamentária. Apesar de terem sido responsabilizados ou envolvidos no mais escandaloso esquema de desvio de verbas públicas identificado no País, o grupo de deputados e senadores ainda mantém a prerrogativa de incluir na elaboração do Orçamento que irá vigorar em 1994.

Além de não terem excluído o grupo da Comissão Mista de Orçamento, os líderes partidários vão discutir hoje a possibilidade

de o Congresso apresentar emendas à segunda versão do Orçamento enviada pelo Executivo. Defendem esta posição o PMDB, detentor das maiores bancadas na Câmara e Senado, e o PPR. "Não é porque 20 parlamentares cometeram irregularidades que devemos perder o direito de incluir nossas emendas", argumentou o líder do PPR, deputado Gerson Peres (PA). O líder do PMDB, deputado Tarcísio Delgado (MG), pensa da mesma forma. "Se alguém fizer uma emenda corrupta, que responda por ela", disse.

Enquanto a CPI do Orçamento investigava, nos últimos três

meses, as fraudes no Orçamento, os deputados Anníbal Teixeira (PTB-MG), Raquel Cândido (PTB-RO), Carlos Benevides (PMDB-CE), Cid Carvalho (PMDB-MA), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Flávio Derzi (PP-MS), todos indicados pela CPI para perder o mandato, permaneceram atuantes na Comissão de Orçamento. Os deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA), Jesus Tajra (PFL-PI), Felipe Mendes (PPR-PI), Valdomiro Lima (PDT-RS), Lúcia Vânia (PP-GO), e os senadores Manueto de Lavor (PMDB-PE) e Mauro Benevides (PMDB-CE), todos alvos de investigações das

subcomissões, também mantiveram seus cargos na Comissão.

No Orçamento de 94 estão reservados recursos para a continuidade de obras que se destacaram pela quantidade de denúncias de corrupção de que foram alvos. É o caso, por exemplo, da barragem de Pirapama, localizada em Pernambuco, que aparece no orçamento do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs). A construção da barragem, entregue às empreiteiras OAS, Odebrecht e Queiroz Galvão, está registrada nos disquetes da empresa Verax, da qual é sócio Paulo César Farias, o PC.

Mara Bergamaschi/AE